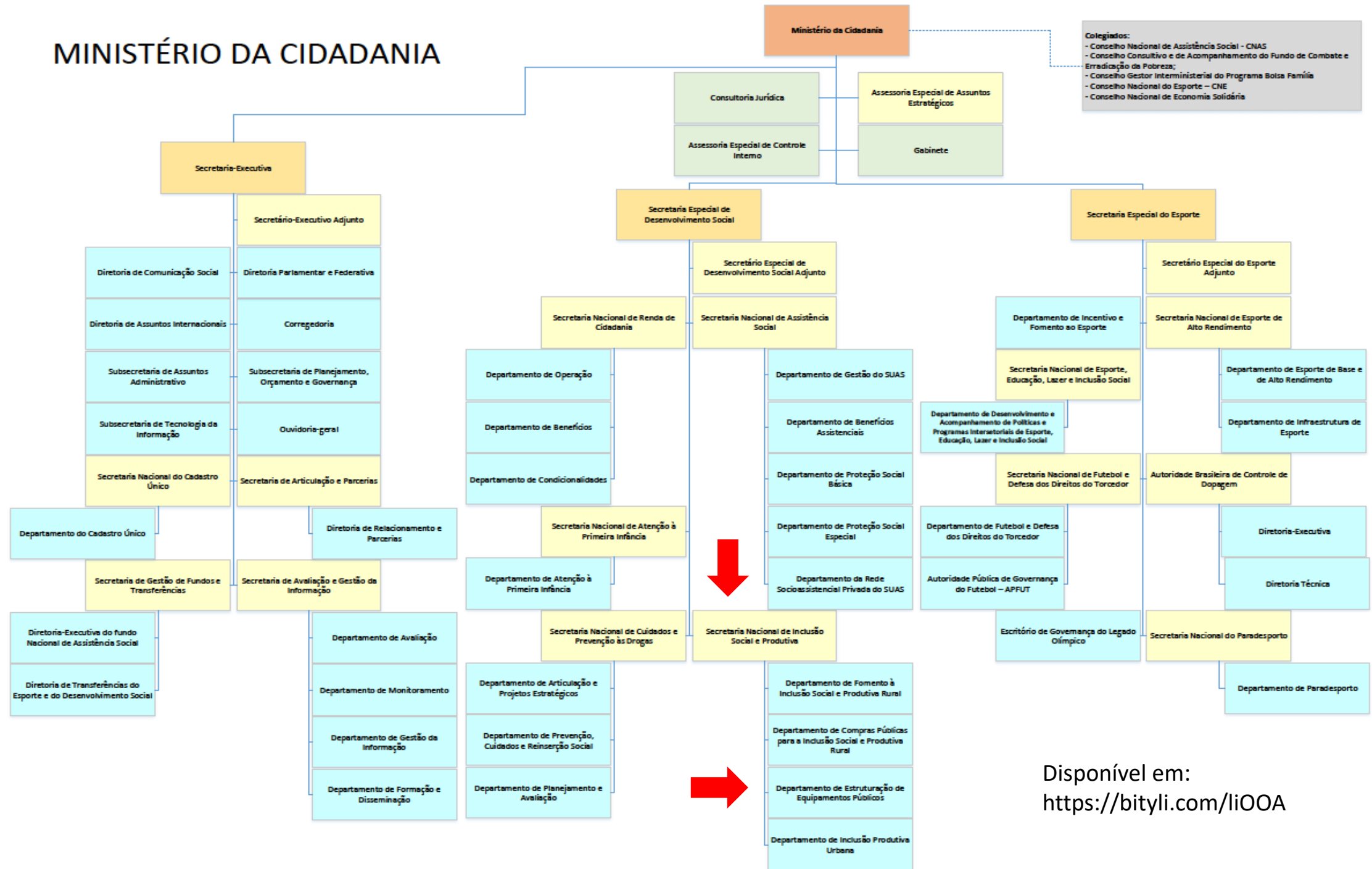




Segurança Alimentar e Nutricional

***Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva
Departamento de Estruturação de Equipamentos Públicos
Coordenação-Geral de Apoio aos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais***

MINISTÉRIO DA CIDADANIA



- Colegiados:**
- Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS
 - Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza;
 - Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família
 - Conselho Nacional do Esporte – CNE
 - Conselho Nacional de Economia Solidária

Disponível em:
<https://bitly.com/liOOA>

Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva

Departamento de Inclusão Produtiva Urbana

Coordenação-Geral de Qualificação

Coordenação-Geral de Empregabilidade e Empreendedorismo

Coordenação-Geral de Mobilização e Parcerias

Coordenação-Geral de Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo

Departamento de Fomento à Inclusão Social e Produtiva Rural

Coordenação-Geral de Acesso à Água

Coordenação-Geral de Fomento

Departamento de Compras Públicas para a Inclusão Social e Produtiva Rural

Coordenação-Geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar

Coordenação-Geral de Sistemas Locais de Abastecimento Alimentar

Coordenação-Geral de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite

Coordenação-Geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos

Departamento de Estruturação de Equipamentos Públicos

Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos

Coordenação-Geral de Apoio aos Sistemas Públicos Agroalimentares

Coordenação-Geral de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana

Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva

Secretário Nacional, Delcimar de Oliveira Silva

Diretor do Departamento, Luis Romaguera

Coordenadora-Geral, Ramoni Madalena

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

De que estamos falando?



Marco Legal da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

(re) Criação do
CONSEA Nacional
(Decreto nº 6.272/2007)

Alimentação como Direito
(Emenda Constitucional 064/2010)

2006

2007

2010

2021



↑
Criação do Sistema
Nacional de
Segurança Alimentar e
Nutricional – SISAN
(Lei nº 11.346/2006 –
LOSAN)

↑
Criação da
CAISAN Nacional
(Decreto nº 6.273/2007)

↑
Diretrizes e Objetivos
da PNSAN:
estabelece parâmetros
para o
Plano de SAN
(Decreto nº 7.272/2010)

↑
Recomposição
da CAISAN
Nacional
(Decreto nº
10.713/2021)

Lei
11.346/2006
(LOSAN)

Conceitos

Art. 2º A **alimentação adequada é direito fundamental do ser humano**, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população.

Art. 3º A SAN consiste na **realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente**, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Estrutura de governança em Segurança Alimentar e Nutricional



Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional



Sistema público de gestão **intersectorial** e participativa

Permite a descentralização das ações e a **articulação** entre os governos (nacional, estadual e local) para a **implementação das políticas de SAN**

Objetivos

Formular e implementar políticas e planos de SAN

Fomentar esforços de integração entre governo e sociedade civil

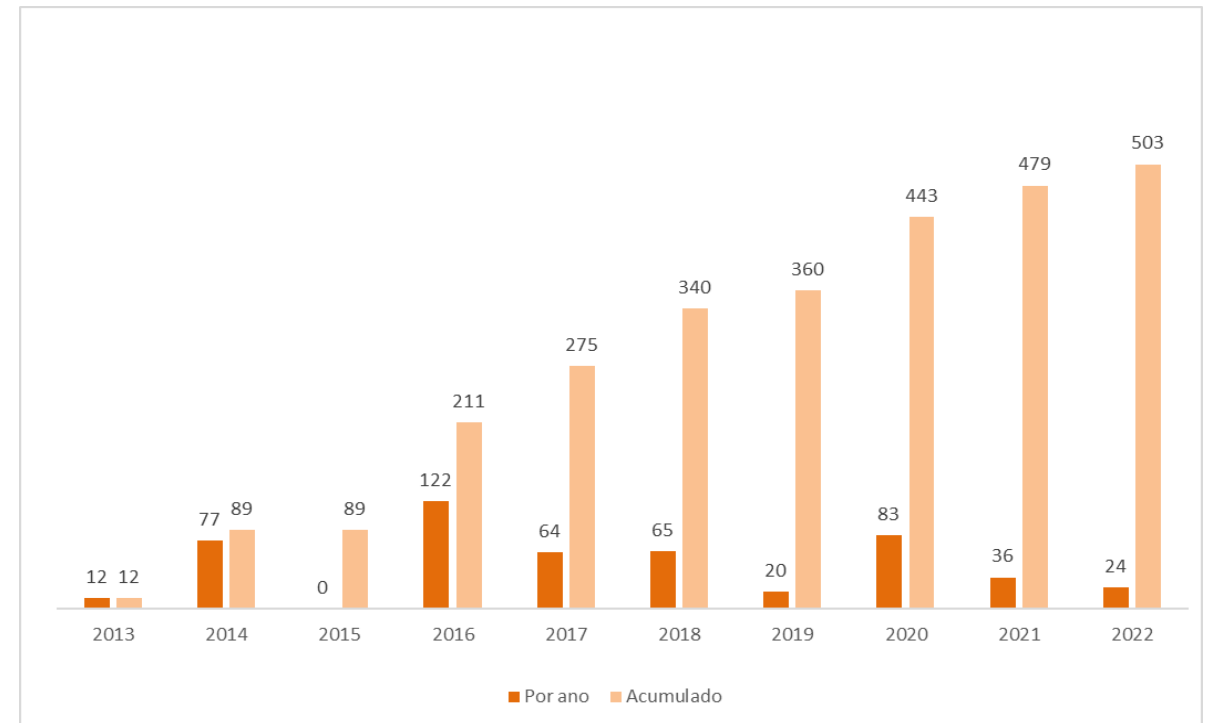
Promover o acompanhamento, o monitoramento, e a avaliação da SAN no

Brasil



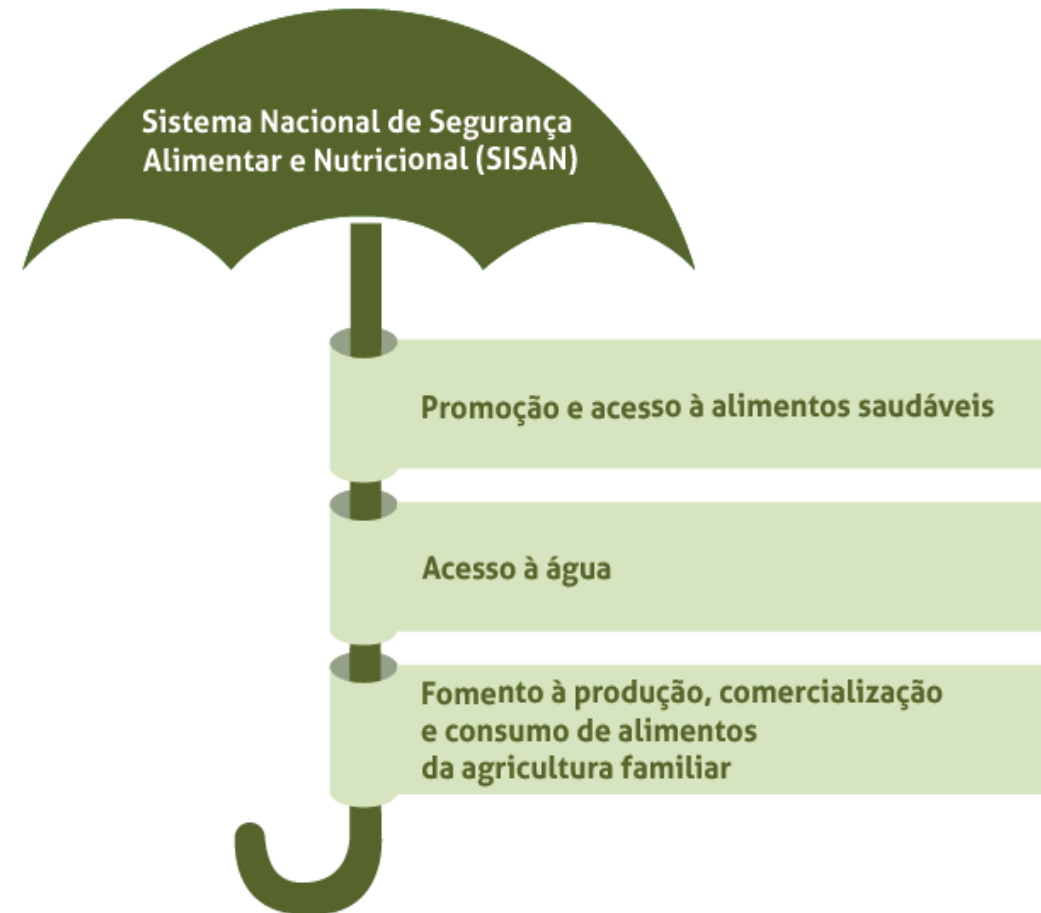
Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

*Adesão dos entes subnacionais ao Sistema de SAN
- 27 Estados/DF e 503 municípios*

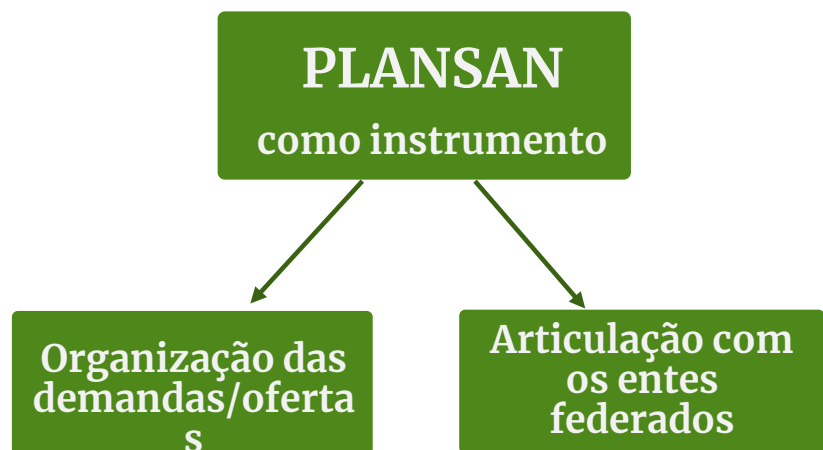


Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Compreendendo os desafios do acesso aos alimentos por uma parcela importante da população, o governo brasileiro vem ampliando sua capacidade para garantir o direito humano à alimentação adequada, com ações que combinam programas de transferências de renda, fomento e apoio da produção, bem como fornecimento e acesso à alimentação.



Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional



- Decreto 10.713 de 2021;
- A CAISAN é uma Câmara Interministerial composta por 09 Ministérios, com as responsabilidades de coordenar as ações de segurança alimentar do Governo Federal e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional
- **A CAISAN é presidida pelo Ministro da Cidadania**
- **A Secretaria-Executiva da Caisan é exercida pela SEISP**
- Instituição de Comitês Técnicos

Cenário atual da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil



A importância da Agenda no Brasil

Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil

36,7% dos domicílios brasileiros estão em situação de insegurança alimentar, sendo que **4,6%** estão em situação de insegurança alimentar grave (POF, 2017-2018)

14,5% das crianças menores de 05 anos acompanhadas pelas condicionalidades PBF com déficit de altura para idade (MAPAINSAN, 2016)

14,8% das crianças < 5 anos apresentam sobrepeso e **7%** obesidade (SISVAN, 2019)

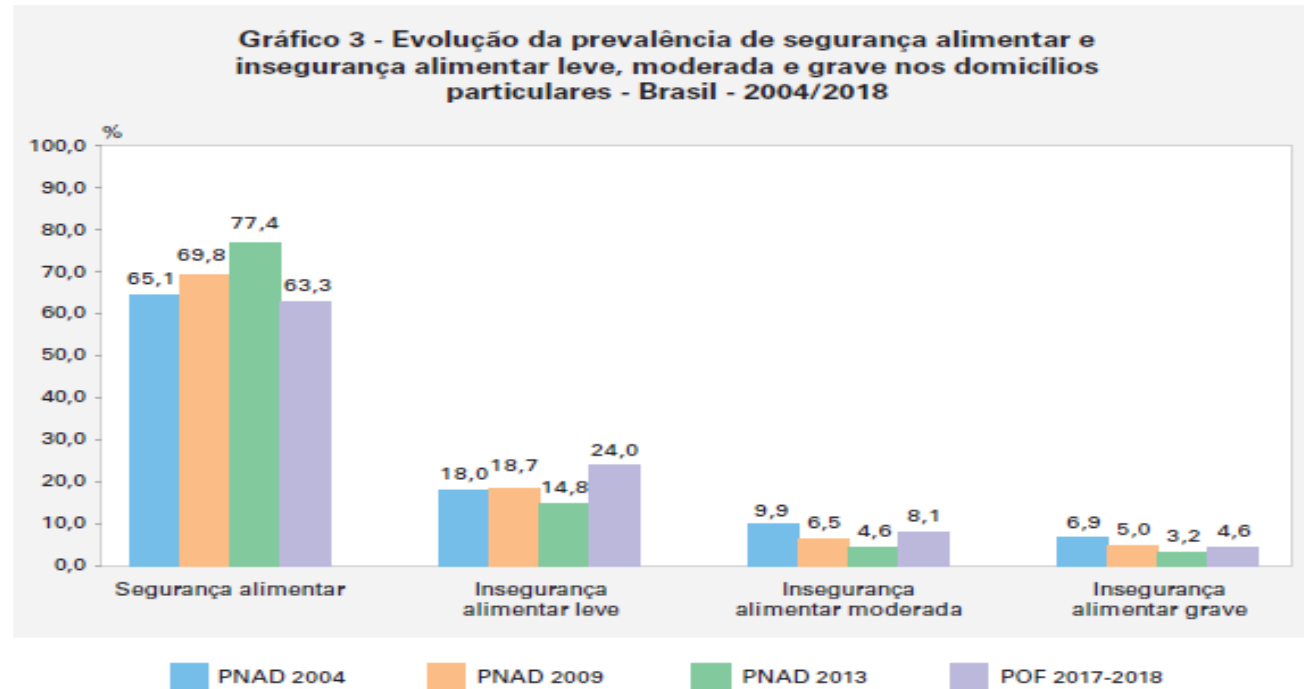
60,3% da população adulta com excesso de peso e **25,9%** com obesidade (PNS, 2019)

32,7% da população adulta consome regularmente frutas e hortaliças (VIGITEL, 2021)

A importância da Agenda no Brasil

Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil

*Escala
Brasileira de
Insegurança
Alimentar e
Nutricional -
EBIA*

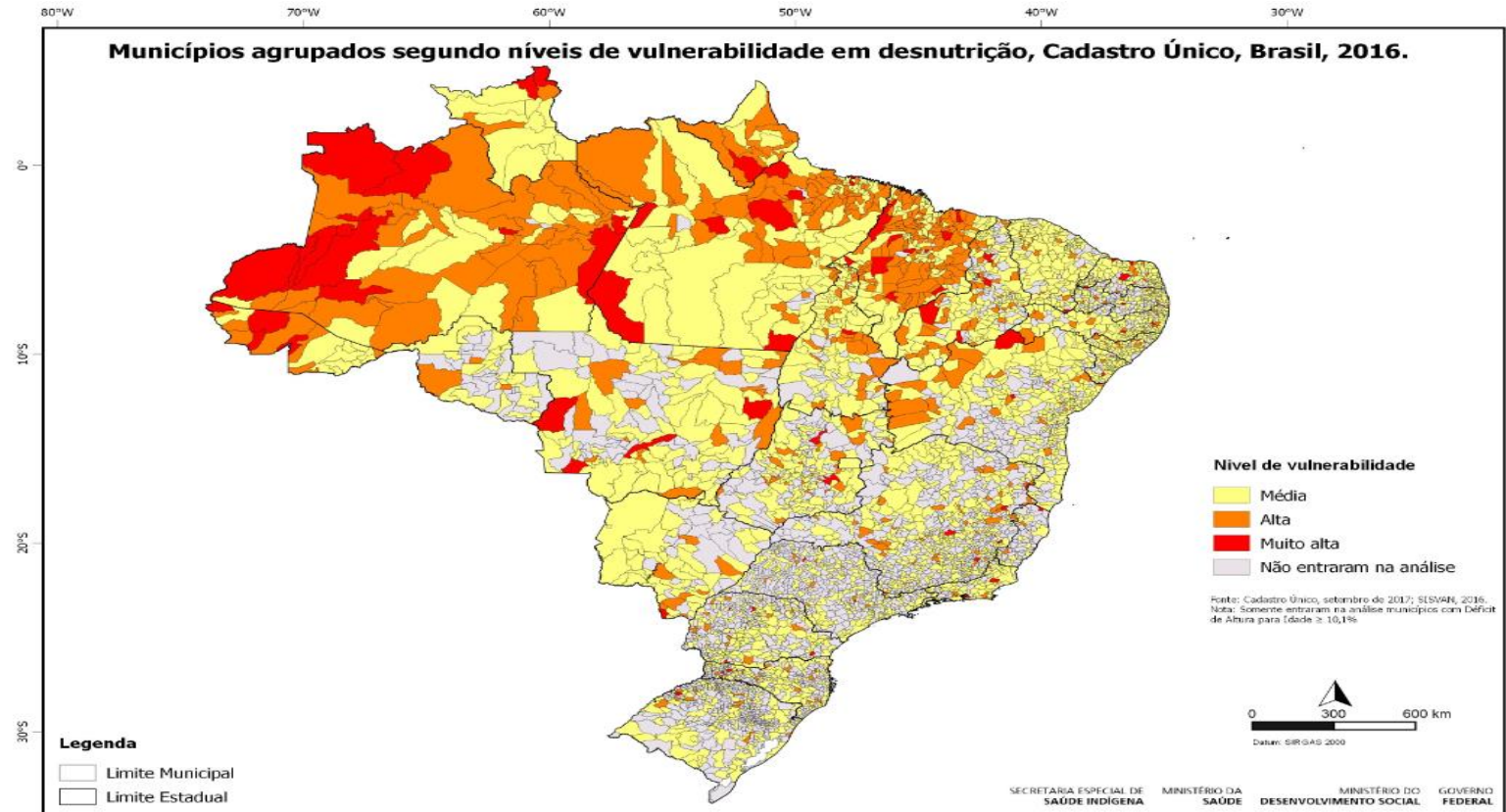


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

A importância da Agenda no Brasil

Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil

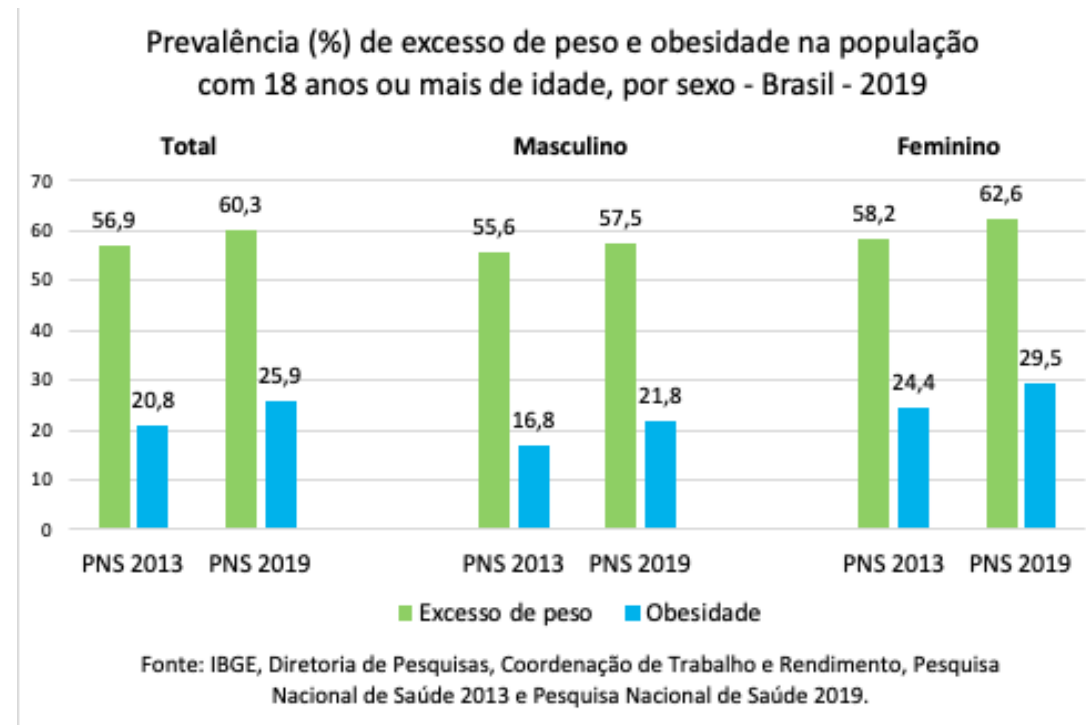
Mapa INSAN
Mapeamento de
Insegurança
Alimentar e
Nutricional



A importância da Agenda no Brasil

Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil

Excesso de peso e obesidade na população adulta



Principais ações de Segurança Alimentar e Nutricional no Ministério da Cidadania



Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

Buscam a redução dos índices de insegurança alimentar da população, além de promover o acesso à alimentação adequada e saudável.



Bancos de alimentos – captam alimentos excedentes e doam por meio de entidades socioassistenciais.

Centrais da Agricultura Familiar – recebem e distribuem alimentos produzidos por agricultores familiares.

Cozinhas Comunitárias – edificações para atendimento de no mínimo 100 refeições diárias, focalizado para pessoas mais vulneráveis.

Restaurantes Populares – edificações para o atendimento de no mínimo 1.000 refeições diárias.

Aquisição centralizada de veículos para transporte de alimentos para apoio às ações e programas que compõem o SISAN, entre os quais o Programa Alimenta Brasil, os bancos de alimentos e as centrais da agricultura familiar.

Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional



Brasil Fraterno – Comida no Prato: incentivo à doação de alimentos por meio da concessão de isenção fiscal para empresas privadas

<https://bitly.com/cuMToi>

PORTARIA Nº 708, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021

Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

Profesp

parceria entre Ministério da Defesa e Ministério da Cidadania

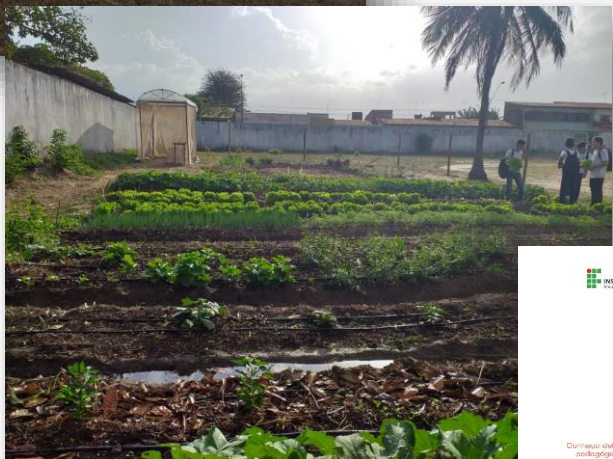
O **Programa Forças no Esporte** proporciona a prática de atividades esportivas e educacionais em organizações militares, no contraturno escolar, com **oferta de alimentação saudável**, para 30.000 crianças e jovens de 6 a 18 anos em situação de vulnerabilidade social.

O MC é responsável pelo repasse de recursos para aquisição dos alimentos oferecidos.

Durante a pandemia da Covid-19, sem atividades presenciais, os recursos garantidos pelo MC viabilizaram a entrega de kits de alimentos às famílias.



Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana



- Estruturação de metodologia para implantação de hortas em escolas;
- Apoio à implantação de hortas em escolas e entidades socioassistenciais, hortas comunitárias e hortas em residências de baixa renda;
- Fornecimento de insumos e equipamentos a agricultores urbanos;
- Promoção de capacitação (curso EAD);
- Desenvolvimento de plataforma de agricultura urbana;
- **Abrangência do Programa:** 16 estados por meio de parcerias com instituições federais; secretarias estaduais; prefeituras; entidades de ATER; e, entidades da sociedade civil.

Outros programas da SEISP

A SEISP atua em duas grandes frentes:

- *Programas que apoiam a produção e venda de alimentos pela agricultura familiar, bem como, estimula o consumo de alimentos saudáveis, promovendo a segurança alimentar e nutricional das famílias;*
- *Desenvolve ações para auxiliar na geração de emprego e renda e na promoção de autonomia das famílias.*

Programa Alimenta Brasil

Ação de Distribuição de Alimentos

Programa Cisternas

Programa Fomento Rural

Progredir

Roda Bem Caminhoneiro

Economia Solidária

Obrigado!

deep@cidadania.gov.br

Coordenação-Geral de Apoio aos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais – CGSAL
Departamento de Estruturação de Equipamentos Públicos
SEISP/SEDS/MC